

TC 001.487/2010-8

**Tipo:** Tomada de Contas Especial

**Unidade jurisdicionada:** Fundação Cultural CA & BA

**Responsáveis:** Janete de Jesus Bezerra de Araújo (CPF 824.612.795-00); Wilson Oliveira Bizerra (CPF 153.666.265-87), Fundação Cultural CA & BA (CNPJ 02.459.455/001-03)

**Advogado ou Procurador:** Juvenildo da Costa Moreira (OAB-BA 7175; Ana Claudia Dantas Fontes (OAB-BA 30.563) e Paulo Sérgio Dias Nunes (OAB-BA 31.405) [peça 19]

**Interessado em sustentação oral:** não há

**Proposta:** de mérito

## INTRODUÇÃO

1. Tratam os autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em face de Janete de Jesus Bezerra de Araújo, ex-presidente da Fundação Cultural CA & BA, em razão de irregularidades constatadas na aplicação dos recursos transferidos à mencionada instituição por força do Convênio 828008/2006, que tinha por objeto a conjugação de esforços no sentido de alfabetização de jovens e adultos, com idade superior a 15 anos, visando reduzir o número de analfabetos no país e contribuir com a inclusão social dos beneficiários.

## HISTÓRICO

2. Conforme disposto na cláusula sexta do termo de convênio foram previstos R\$ 835.160,00 para a execução do objeto, dos quais R\$ 826.808,40 seriam repassados pelo concedente e R\$ 8.351,60 corresponderiam à contrapartida (peça 2, p. 34-43).

3. Os recursos federais foram repassados em uma única parcela, mediante a ordem bancária 2007OB82807, no valor de R\$ 826.808,40, emitida em 3/4/2007. Os recursos foram creditados na conta específica em 5/4/2007 (peça 6, p. 37).

4. Auditoria realizada pelo FNDE no período de 16 a 27/7/2007, para verificação da aplicação dos recursos transferidos à conta do Convênio 828008/2006, atinente ao programa Brasil Alfabetizado (BRALF), levantou uma série de irregularidades na execução do ajuste, conforme detalhado no Relatório de Auditoria 17/2007 (peça 2, p. 45-52; peça 3, p. 1-3), como saques efetuados diretamente da conta corrente específica - sem comprovação de pagamento -, ausência de comprovação da realização dos cursos de formação dos alfabetizadores e ausência de material didático pedagógico.

5. Por intermédio do Ofício nº 298/2007-DIATA/AUDIT/FNDE/MEC (peça 3, p. 18), de 27/8/2007, o FNDE solicitou à responsável a devolução dos recursos recebidos, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial.

6. Em face das irregularidades constatadas na inspeção *in loco*, bem como pela ausência de manifestação da Sra. Janete de Jesus Bezerra de Araújo, procedeu-se, em 30/11/2007, à rescisão da avença, com fulcro nos arts. 36 e 37 da Instrução Normativa STN/MF nº01/97, e tendo em vista o disposto na Cláusula Nona e Subcláusula Primeira do Termo do Convênio (peça 4, p. 18).

7. O saldo então existente na conta específica do convênio, no montante de R\$ 510.896,50, foi restituído pela Caixa Econômica Federal (CEF) ao fundo concedente, conforme o registro de arrecadação do Siafi nº 2008RA013139, de 31/5/2008 (peça 4, p. 46). A medida foi recomendada pela

Procuradoria Federal junto ao FNDE no Parecer nº 60/2008 (peça 4, p. 28-30), de 28/2/2008, e foi efetuada pela CEF em atendimento à solicitação do fundo (Ofício nº 790/2008, de 5/5/2008, à peça 4, p. 37).

8. Frustradas as tentativas de recomposição do dano de forma espontânea, determinou-se, em 26/8/2008, a instauração da presente tomada de contas especial (peça 5, p. 3-5).

9. O FNDE, por meio do Relatório de Tomada de Contas Especial 68/2009 (peça 5, p. 15-19), concluiu pela irregularidade das contas e consequente responsabilidade da Sra. Janete de Jesus Bezerra de Araújo, ex-presidente da Fundação Cultural CA & BA.

10. O Relatório de Auditoria nº 228161/2009 (peça 5, p. 47-49), os correspondentes Certificado de Auditoria (peça 5, p. 50) e Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno (peça 6, p. 1), e o Pronunciamento Ministerial (peça 6, p. 2), manifestaram-se pela irregularidade das presentes contas e responsabilização da Sra. Janete de Jesus Bezerra de Araújo, pelo valor original de R\$ 315.911,90, correspondente à diferença entre o montante repassado à conta do convênio (R\$ 826.808,40) e o saldo restituído pela CEF ao concedente (R\$ 510.895,50).

11. Na instrução preliminar (peça 6, p. 4-7), propôs-se a citação da Sra. Janete de Jesus Bezerra de Araújo para que apresentasse alegações de defesa ou recolhesse aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) o débito apurado.

12. Complementando o proposto na instrução, o escalão superior da Secex-BA (peça 6, p. 9-11) opinou por citar também a Fundação Cultural CA & BA, solidariamente com a Sra. Janete de Jesus Bezerra de Araújo, providência esta autorizada pelo Relator, Exmo. Ministro Weder de Oliveira (peça 6, p. 12-14).

13. As citações materializaram-se através dos Ofícios 526 e 669/2011-TCU/SECEX-BA, (peça 6, p. 16-17 e p. 24-25).

14. Citados, tanto a Sra Janete de Jesus Bezerra de Araujo como o Sr. Wilson Oliveira Bizerra, na qualidade de representante legal da Fundação Cultural CA & BA, apresentaram alegações de defesa.

15. Na ocasião da análise das alegações de defesa, foi afastada a responsabilidade da Sra. Janete de Jesus Bezerra de Araújo, tendo em vista que restou comprovado que, à época da transferência dos recursos federais, em 3/4/2007, não mais respondia pela gestão da Fundação Cultural CA & BA.

16. Por outro lado, restou consignado que a gestão dos recursos repassados pelo FNDE recaiu unicamente sobre o Sr. Wilson Oliveira Bizerra. Com razão, consoante Ata de Dissolução, Substituição e Legalização da Diretoria Executiva da Fundação Cultural CA & BA, de 13/3/2007, formalizou-se o retorno, a partir daquela data, do Sr. Wilson Oliveira Bizerra à direção da entidade (peça 7, p. 2-3).

17. Dessa forma, procedeu-se à citação do novo responsável por meio do Ofício 0199/2013-TCU/SECEX-BA, de 11/3/2013, pelas seguintes irregularidades:

- a) ausência de documentação comprobatória de execução do Convênio;
- b) endereços das turmas constantes no cadastro do BRALF/SECAD/MEC inexistentes;
- c) saques em espécie na conta do convênio;
- d) despesas com tarifas bancárias debitadas na conta bancária do convênio;
- e) não comprovação da realização dos cursos de formação dos alfabetizadores;
- f) falta de material didático pedagógico comprometendo o processo de ensino e aprendizagem;

- g) falta de identificação do Programa nos documentos fiscais.

## EXAME TÉCNICO

18. As alegações de defesa apresentadas pela Fundação Cultural CA & BA (peça 7, p. 57-62; peça 8, p. 1) e pelo Sr. Wilson Oliveira Bizerra (peça 18) possuem o mesmo teor. Observa-se, inclusive, que o Sr. Wilson Oliveira Bizerra, apesar de ter sido citado em nome próprio, apresenta alegações de defesa em nome da Fundação Cultural CA & BA. Por esta razão, as impugnações serão analisadas em conjunto.

19. Na síntese dos fatos apresentada pelos responsáveis foi enfatizado que os recursos repassados no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado (Convênio FNDE nº 828008/2006) foram aplicados de maneira regular, de acordo com o plano de trabalho previamente apresentado e com todos os gastos comprovados.

20. Sustenta que os técnicos do FNDE, ao verificar a compatibilidade do cadastro das turmas de alfabetização com o cadastro constante do Sistema Brasil Alfabetizado (SBA), baseou-se em dados de 2006, sendo que os recursos só foram liberados em abril de 2007, fato que ensejou a constatação do FNDE de inexistência de turmas de alfabetização.

21. Afirma que a CEF negou-se a fornecer talonários de cheques à Fundação, motivo pelo qual a instituição sem fins lucrativos se viu obrigada a efetuar saques em espécie na conta específica do convênio. Da mesma forma, assevera que, apesar de informado acerca da isenção de tarifas bancárias pela conveniente, o banco optou por ignorar a solicitação.

22. Acrescenta que foram realizados cursos de formação dos alfabetizadores, razão pela qual improcedente a constatação do FNDE.

23. Quanto à constatação de ausência de material didático, noticia a fundação que os técnicos do FNDE ignoraram que havia duas salas na sede da fundação lotadas de material didático, tais como cadernos, lápis, livros etc.

24. Por fim, informa a entidade que todos os materiais de utilidade no curso tinham a identificação do programa Brasil Alfabetizado.

25. Sobre as alegações de defesa, em comentário, cabe salientar que o FNDE, na condição de órgão repassador dos recursos envolvidos, realizou auditoria na Fundação Cultural CA & BA, com verificação *in loco* e emissão do Relatório de Auditoria nº 17/2007 (peça 2, p. 45-52; peça 3, p. 1-3), conforme já referenciado nesta instrução.

26. Quanto à alegação de que os recursos repassados foram aplicados de maneira regular e com todos os gastos comprovados, verifica-se que os responsáveis limitaram-se a apresentar, a título de prestação de contas, demonstrativos de resultados da entidade, extratos bancários, relação de pagamentos efetuados e notícias colhidas na imprensa acerca do trabalho efetuado na Fundação Cultural CA & BA.

27. Esta Corte de Contas tem se pronunciado em reiteradas oportunidades que a boa e regular aplicação dos recursos públicos só pode ser comprovada mediante o estabelecimento do nexo entre o desembolso dos recursos federais recebidos e os comprovantes de despesa apresentados. A prestação de contas não pode ser, assim, constituída exclusivamente por um agrupamento desordenado de documentos, que nada comprovam. No caso sob exame, não há nos documentos encaminhados pelos responsáveis sequer comprovantes das despesas efetuadas.

28. É dizer, a documentação remetida pela Fundação Cultural CA & BA, a título de prestação de contas, não se mostra adequada a demonstrar a regular aplicação dos recursos transferidos. Em outras palavras, não foi comprovado o nexo causal entre a utilização dos recursos e a execução do plano de trabalho.

29. Para averiguar se o objeto do convênio foi atendido, faz-se necessário saber, pelo menos, quantos e quais foram os alfabetizandos, que turmas frequentaram e se os alfabetizadores executaram sua função e foram pagos na forma prescrita no convênio e na legislação.
30. Também o saque em espécie à conta corrente do convênio para o suposto pagamento de bolsa aos alfabetizadores é outra constatação que inviabiliza a comprovação do nexo de causalidade entre os recursos liberados pelo FNDE e as despesas realizadas.
31. Como bem relatado pelo FNDE, a conveniente, além de inobservar o disposto no art. 20 da IN STN 1/1997, não apresentou comprovantes dos pagamentos efetuados com os recursos sacados da conta específica do ajuste.
32. No que tange à constatação do FNDE de incompatibilidade entre os cadastros das turmas de alfabetização apresentados pela Fundação e o constante do SBA, melhor sorte não assiste aos defendentes.
33. A Resolução/CD/FNDE 31, de 10/08/2006, dispõe, *verbis*:
- “Art. 13 As entidades e instituições deverão encaminhar à SECAD/MEC, por meio eletrônico, exclusivamente via Sistema Brasil Alfabetizado - SBA, no endereço [www.mec.gov.br/secad](http://www.mec.gov.br/secad), os Cadastros de Alfabetizandos, Alfabetizadores, Turmas e, quando houver, o de Coordenadores de Turmas.
- (...)
- Art. 16 Todas as alterações ocorridas durante a execução do Programa deverão ser atualizadas continuamente em todos os cadastros no Sistema Brasil Alfabetizado – SBA, tanto para efeito de acompanhamento, avaliação e fiscalização *in loco* das ações de alfabetização como de consolidação do cadastro final.
- Art. 17 Ao término da execução das ações financiadas, as entidades obrigam-se a atualizar, em até 30 dias, as situações de Cadastro dos Alfabetizandos, Alfabetizadores, Turmas e Coordenadores de Turma, se houver, no Sistema Brasil Alfabetizado – SBA, consolidando, desse modo, o Cadastro Final do Programa.”
34. Considerando que, conforme afirmado pelos próprios responsáveis em sua defesa, o início das aulas estava programado para abril/2007, é razoável supor que até a data da fiscalização (entre 16 e 27/7/2007) tenha existido prazo mais que suficiente para a atualização do SBA, um procedimento que deveria ser realizado continuamente (art. 16 da Resolução/CD/FNDE n.º 31, de 10/08/2006), o que de fato não ocorreu.
35. No que pertine à constatação de não comprovação da realização dos cursos de formação dos alfabetizadores, os responsáveis não comprovaram formal e materialmente a realização dos cursos capacitantes, haja vista que não apresentaram listas de presença dos participantes nem tampouco certificados que atestassem a respectiva titulação alcançada.
36. Já quanto a irregularidade tratada por “Falta de material didático” no relatório produzido pelo FNDE, os próprios defendentes admitem que o material didático não estava sendo utilizado pelos alfabetizandos em sala de aula, ao revés, amontoava-se na sede da instituição, sem qualquer utilidade para o ensino e aprendizado dos alunos.
37. Conclui-se, então, que a documentação apresentada nas alegações de defesa não foi suficiente para comprovar o cumprimento do objeto pactuado, nem para elidir as irregularidades constatadas na inspeção *in loco*, uma vez não foram apresentados documentos que comprovassem serem inconsistentes as irregularidades constatadas pelo FNDE.
38. Dessa forma, o responsável Sr. Wilson Oliveira Bizerra deve ser condenado a ressarcir o erário, em solidariedade com a entidade Fundação Cultural CA & BA, e ter suas contas julgadas irregulares, imputando-se-lhes, também, multa.

## CONCLUSÃO

39. Em face da análise promovida nos itens 28-38, propõe-se rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Wilson Oliveira Bizerra e pela Fundação Cultural CA & BA, uma vez que não foram suficientes para sanear as irregularidades a eles atribuídas.

40. Tendo em vista que não constam dos autos elementos que permitam reconhecer a boa-fé do Sr. Wilson Oliveira Bizerra, sugere-se que suas contas sejam julgadas irregulares, nos termos do art. 202, § 6º, do RI/TCU, com a aplicação da multa prevista no art. 57, da Lei 8.443/1992.

41. Da mesma forma, o fato de a Fundação Cultural CA & BA não ter comprovado a boa e regular aplicação dos recursos ou demonstrado que não se beneficiou dos recursos a ela destinados, conduz à conclusão de que, em conjunto com seu administrador, deu causa ao dano ao erário identificado nestes autos, o que impõe o julgamento pela irregularidade de suas contas, condenando-a, solidariamente com o Sr. Wilson Oliveira Bizerra, à restituição do débito apurado nestes autos, bem como aplicando-lhe a multa preconizada no art. 57 da Lei 8.443/1992.

## BENEFÍCIOS DAS AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

42. Entre os benefícios do exame desta tomada de contas especial pode-se mencionar débito e multa imputados pelo Tribunal.

## PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

43. Ante todo o exposto, manifestamo-nos pela remessa dos autos à D. Procuradoria, com posterior encaminhamento ao Gabinete do Exmo. Ministro Weder de Oliveira, propondo:

a) excluir a responsabilidade da Sra. Janete de Jesus Bezerra de Araújo (CPF 824.612.795-00) dos presentes autos, em razão de não ter gerido os recursos repassados no âmbito do Convênio 828008/2006;

b) rejeitar as alegações de defesa do Sr. Wilson Oliveira Bizerra (CPF 153.666.265-87) e da Fundação Cultural CA & BA (CNPJ 02.459.455/001-03);

c) julgar irregulares as contas do Sr. Wilson Oliveira Bizerra (CPF 153.666.265-87) e da Fundação Cultural CA & BA (CNPJ 02.459.455/001-03), com fulcro no art. 16, III, "c", e 19, *caput*, da Lei 8.443/1992, e condená-los solidariamente a devolver aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação a dívida abaixo discriminada, resultante da diferença entre débito e crédito, acrescida dos encargos legais calculados desde a data de ocorrência até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, na forma da legislação em vigor:

Natureza	Valor (R\$)	Data de ocorrência
Débito	826.808,40	5/4/2007
Crédito	510.895,50	31/5/2008

d) aplicar ao Sr. Wilson Oliveira Bizerra (CPF 153.666.265-87) e à Fundação Cultural CA & BA (CNPJ 02.459.455/001-03), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, na forma da legislação em vigor;

e) autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do artigo 28, II, da Lei 8.443/1992 c/c art. 219, II, do RI/TCU, caso não efetuado e comprovado o recolhimento do débito e da multa;

f) autorizar, desde logo, caso solicitado pelos responsáveis, como previsto no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RI/TCU, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, desde que o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias após o recebimento das notificações pelos responsáveis e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada uma das parcelas os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

g) alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei 8443/1992 c/c art. 217, § 2º, do RI/TCU;

h) encaminhar cópia do Acórdão que vier a ser proferido, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentarem, à Procuradoria da República no Estado da Bahia, de acordo com o disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

i) dar ciência da deliberação a ser proferida aos responsáveis e ao FNDE.

SECEX-BA, 1ª DT, em 20/5/2013.

*(Assinado eletronicamente)*

Tiago Perez Piñeiro

AUFC – Mat. 6475-0